

DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.v.2.n.14.72981>

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

## RESENHA DO LIVRO: O PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (UJUCASP, 2021)

BOOK REVIEW - THE PREAMBLE TO THE FEDERAL CONSTITUTION (UJUCASP, 2021)

Lafayette Pozzoli<sup>1</sup>  
Gilmar Siqueira<sup>2</sup>

### RESUMO

Reunindo juristas e pesquisadores de distintas matrizes, o livro *O Preâmbulo da Constituição Federal*, visto por diversos olhares, oferece um panorama robusto sobre a natureza, a função e a força hermenêutica do Preâmbulo da Constituição de 1988. A coletânea examina o conteúdo axiológico do texto preambular, sua relação com a laicidade estatal, a liberdade religiosa e a fraternidade como princípio constitucional, além de áreas específicas - como direito canônico, direito público e educação. Alguns estudos defendem que o Preâmbulo integra a Constituição como diretriz interpretativa dotada de densidade normativa; outros enfatizam sua dimensão histórico-cultural, notadamente a invocação “sob a proteção de Deus”, sem que isso converta o Estado em confessional. Os artigos dialogam com a jurisprudência do STF, com registros da Assembleia Nacional Constituinte e com preâmbulos de constituições estrangeiras, compondo um mosaico comparado. A coletânea se destaca pela pluralidade metodológica e pelo esforço de articular valores como dignidade, justiça, bem comum, paz e fraternidade - todos anunciados já no limiar da Carta de 1988 - com problemas concretos de interpretação constitucional. Como contribuição, o livro robustece a compreensão do Preâmbulo como “marco zero” da Lei Fundamental e como chave de leitura sistemática do ordenamento, sem perder de vista o pacto civilizatório expresso pelos constituintes. A obra interessa a constitucionalistas, historiadores do direito e operadores jurídicos que lidam com colisões de princípios, liberdade religiosa, políticas públicas e educação em direitos.

**Palavras-chave:** Preâmbulo constitucional; Laicidade do Estado; Liberdade religiosa; Hermenêutica constitucional; Fraternidade.

<sup>1</sup> Livre Docente em Filosofia do Direito pela PUC-SP. Pós-Doutorado pela Universidade La Sapienza, Roma. Advogado. Professor na Faculdade de Direito, fez graduação, Mestrado, Doutorado em Filosofia do Direito, Coordenador da CPA Comissão Própria de Avaliação, foi Chefe do Depto. I e foi Chefe de Gabinete na PUC-SP. Foi Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Coordenador do Mestrado em Direito e professor no UNIVEM. Líder do Grupo de Pesquisa GEDs - Direitos Fundamentais à Luz da Doutrina Social, cadastrado no CNPq. Membro fundador do NEDs - Núcleo de Estudos de Doutrina Social - PUC-SP. Membro fundador da UJUCASP. Secretário Geral do Instituto Jacques Maritain do Brasil e sócio ordinário do Instituto Internacional Jacques Maritain. Membro da CJLP - Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa. Foi Professor Assistente no Curso de TGD, no Pós-Graduação PUC-SP, ministrado pelo saudoso Professor André Franco Montoro. [lafayette@lafayette.pro.br](mailto:lafayette@lafayette.pro.br). <https://orcid.org/0000-0001-7512-7549>.

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM (2021). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (2017). Temas de pesquisa: Filosofia do Direito; Filosofia da Lei Natural; Método APAC; Ética; Humanismo Cristão; Direito e Literatura; Direito e Fraternidade; Dignidade da pessoa humana. [gilmarsiqueira126@gmail.com](mailto:gilmarsiqueira126@gmail.com). <https://orcid.org/0000-0002-0042-4984>.

## ABSTRACT

Bringing together jurists and researchers from diverse fields, the book "The Preamble of the Federal Constitution", seen from different perspectives, offers a robust overview of the nature, function, and hermeneutic force of the Preamble to the 1988 Constitution. The collection examines the axiological content of the preamble, its relationship to state secularism, religious freedom, and fraternity as a constitutional principle, as well as specific areas such as canon law, public law, and education. Some studies argue that the Preamble integrates the Constitution as an interpretative guideline endowed with normative depth; others emphasize its historical-cultural dimension, notably the invocation "under the protection of God," without this converting the State into a confessional state. The articles engage with Supreme Federal Court case law, records of the National Constituent Assembly, and preambles of foreign constitutions, composing a comparative mosaic. The collection stands out for its methodological plurality and its effort to articulate values such as dignity, justice, the common good, peace, and fraternity—all announced at the outset of the 1988 Constitution—with concrete problems of constitutional interpretation. As a contribution, the book strengthens the understanding of the Preamble as the "ground zero" of Basic Law and as a key to a systematic reading of the legal system, without losing sight of the civilizing pact expressed by the constituents. The work is of interest to constitutionalists, legal historians, and legal practitioners who deal with conflicting principles, religious freedom, public policies, and rights education.

**Keywords:** Constitutional preamble; Secularism of the State; Religious freedom; Constitutional hermeneutics; Fraternity.

## FICHA CATALOGRÁFICA

**Título:** O Preâmbulo da Constituição Federal

**Organização:** União dos Juristas Católicos de São Paulo - UJUCASP

**Coordenadores:** Ives Gandra da Silva Martins; Paulo de Barros Carvalho; Luiz Gonzaga Bertelli

**Local / Editora / Ano:** São Paulo: Noeses, 2021 (<https://www.editoranoeses.com.br/>)

**ISBN:** 978-65-89888-21-5.

## PROLEGÔMENOS

### Elogio aos constituintes de 1988

Em homenagem aos constituintes que, em 5 de outubro de 1988, souberam traduzir em palavras um pacto civilizatório pelo Brasil. Obrigado por legarem um norte ético e democrático ao Brasil. Como lembrança desse gesto fundador, ecoa o texto que nos precede e acompanha:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias,

promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

## 1. APRESENTAÇÃO E ESCOPO DA OBRA

A coletânea nasce no âmbito da UJUCASP - União dos Juristas Católicos de São Paulo e assume propósito claro: recolocar o Preâmbulo de 1988 no centro do debate hermenêutico, mapeando seus vínculos com valores, princípios e políticas constitucionais. A “Apresentação”, assinada pelos coordenadores, sintetiza essa proposta e situa o leitor nas trilhas conceituais e históricas que a obra percorrerá.

Do ponto de vista editorial, a curadoria articula capítulos teóricos e setoriais: natureza e interpretação do Preâmbulo; laicidade; direito religioso; direito canônico; direito público; educação; fraternidade; soberania popular e registros da Constituinte; comparação com outros textos constitucionais. O Sumário evidencia essa pluralidade e facilita a navegação temática.

## 2. EIXOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

### 2.1. Conteúdo normativo e força hermenêutica

Diversos autores sustentam que o Preâmbulo integra o “corpo” constitucional enquanto cláusula diretiva da interpretação do sistema, irradiando valores que orientam a aplicação do direito. Essa linha aparece, por exemplo, em análises sobre natureza jurídica e hermenêutica constitucional, nas quais o Preâmbulo é entendido como “marco zero” da Lei Fundamental e fundamento de unidade normativa.

### 2.2. Laicidade e liberdade religiosa

A invocação “sob a proteção de Deus” é tratada como dado histórico-cultural do constitucionalismo brasileiro, compatível com a laicidade estatal e com a autonomia do direito religioso. Estudos demonstram que a referência ao sagrado não impõe confessionalidade, mas registra valores cívico-morais que informam a Constituição e podem atuar como chave interpretativa sem força vinculante automática.

### 2.3. Fraternidade como paradigma

A obra também projeta a fraternidade - nomeada no Preâmbulo como valor da “sociedade fraterna” - como princípio constitucional-ontológico capaz de orientar políticas públicas e a solução de colisões entre direitos fundamentais, especialmente no século XXI.

## 3. CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS POR CAPÍTULO (RESUMOS E SÍNTESES COM AUTORES)

A seguir, o resumo de cada artigo (quando o texto traz “Resumo:” formal, ele é citado; quando não há seção formal de resumo, forneço síntese fiel ao conteúdo do capítulo).

### 1. Ives Gandra da Silva Martins - “O Preâmbulo da Constituição”

Resumo: Ensaio de abertura que comenta o texto preambular, destacando seu papel introdutório e teleológico, e situando a invocação a Deus como traço histórico-cultural do constitucionalismo brasileiro.

2. Luiz Gonzaga Bertelli; José Tadeu de Barros Nóbrega - “O direito à educação e o Preâmbulo constitucional”  
Resumo: Os autores analisam a educação como “direito essencial” e dimensão do dom da vida, articulando o Preâmbulo à construção de políticas públicas e decisões constitucionais.
3. Ricardo Mariz de Oliveira - “Constituição brasileira e Direito Canônico: aproximações e distinções”  
Resumo: Estudo de inter-relações e limites entre o ordenamento constitucional brasileiro e o direito canônico, destacando pontos de contato e distinções estruturais.
4. André L. Costa-Corrêa; Maressa Oliveira de Abreu - “O valor normativo do Preâmbulo e a laicidade do Estado constitucional brasileiro”  
Resumo: Investigam o conteúdo normativo-axiológico do Preâmbulo e sua compatibilidade com a laicidade, defendendo eficácia hermenêutica e densidade normativa.
5. Marilene Talarico Martins Rodrigues - “A Constituição Federal, seu Preâmbulo e o Direito Religioso”  
Resumo: Examina aspectos religiosos da CF/88 e a expressão “sob a proteção de Deus”, em perspectiva histórica e jurisprudencial, ressaltando a influência do humanismo cristão e a separação entre Igreja e Estado desde 1891.
6. Paulo Henrique Cremonese - “O Preâmbulo da Constituição e o princípio da livre convicção do magistrado: o ato de julgar e a consciência da proteção de Deus”  
Resumo: A partir de teoria geral e aplicabilidade constitucional, o autor sustenta que a vontade soberana do constituinte - incluindo a referência a Deus - integra o horizonte valorativo que informa a decisão judicial.
7. Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho - “A interpretação do Preâmbulo da Constituição Federal de 1988 - a alusão à expressão ‘sob a proteção de Deus’ - e a autonomia do Direito Religioso brasileiro, conferida pela Lei Maior”  
Resumo: Analisa sentidos político, jurídico e sociológico da Constituição para concluir que a escolha soberana do constituinte legitima a invocação a Deus como dado normativo-interpretativo que coexiste com a laicidade e com a autonomia do direito religioso.
8. Francisco Pedro Jucá; Lauro Ishikawa - “Preâmbulo constitucional e Direito Religioso”  
Resumo: Sustentam que o Preâmbulo integra a Constituição, explicita postulados justificadores e tem força normativa cogente, servindo de régua hermenêutica para todo o sistema jurídico, em contexto histórico de invocação a Deus.
9. Roberto Victalino de Brito Filho - “A soberania popular manifestada no Preâmbulo da Constituição e confirmada pelos registros da Assembleia Nacional Constituinte”  
Resumo: Traz apontamentos sobre o Preâmbulo e sua interpretação, cotejando registros da ANC e reafirmando a centralidade da vontade popular.

10. Lafayette Pozzoli; Gilmar Siqueira - “O princípio constitucional da fraternidade como paradigma interpretativo no século XXI - análise a partir do Preâmbulo da Constituição Federal de 1988”  
Resumo: Examina a fraternidade como princípio constitucional-ontológico, propondo sua eficácia interpretativa e sua incidência em políticas públicas e na ponderação de direitos.
11. João Bosco Coelho Pasin; Hécio de Abreu Dallari Jr. - “A natureza jurídica do Preâmbulo da Constituição Federal de 1988, sua vigência e eficácia no ordenamento jurídico brasileiro”  
Resumo: Defendem o Preâmbulo como parte integrante do texto constitucional, com função justificadora, diretiva e indelével, incompatível com emenda que o modifique.
12. Maria Helena Barbosa Campos; Maria Carolina Barbosa Campos Vita - “A religiosidade do povo brasileiro na Constituição Federal”  
Resumo: Aprecia aspectos do Preâmbulo à luz da realidade religiosa do povo brasileiro, situando fé e laicidade.
13. Miguel da Costa Carvalho Vidigal - “Tributo e referência a Deus no texto constitucional”  
Resumo: Percurso histórico-jurídico sobre menções ao sagrado em textos constitucionais e seus reflexos na tributação e no direito público, sem confusão entre Estado laico e Estado ateu.
14. Maurício Pereira Colonna Romano - “O Preâmbulo da Constituição e o Direito Público: a origem do Direito do Estado sob uma perspectiva publicista”  
Resumo: Relaciona Preâmbulo e Direito Público a partir de Bandeira de Mello: Estado-poder submetido ao Estado-sociedade, com o Preâmbulo como moldura do bem comum e da coesão social.
15. Dávio Antonio Prado Zarzana - “Para que finalidade existe um preâmbulo à lei maior de um país?”  
Resumo: Responde por que há Preâmbulo e como interpretá-lo, incluindo a votação majoritária da expressão “sob a proteção de Deus”; examina preâmbulos estrangeiros e a teleologia do texto brasileiro.
16. Regina Maria Fonseca Muniz; Antonio Carlos Muniz - “Educação como direito à vida e na sua dimensão transcendental”  
Resumo: Discute a educação como projeção do direito à vida e sua dimensão transcendental à luz da Palavra/Logos e do amor, com ecos de Tomás de Aquino e tradição cristã.
17. Ricardo Gaiotti Silva - “A liberdade religiosa: uma breve análise a partir de preâmbulos constitucionais”  
Resumo: Comparação entre constituições (Brasil, Cone Sul, Portugal, África do Sul, EUA) para mostrar que referências ao sagrado são traços culturais e não implicam confessionalidade estatal, ainda que informem valores cívico-morais.

18. Jesus Ulisses Leva - “Deus nos ama desde sempre”

Resumo: Encerramento de caráter testemunhal-teológico, reforçando a dimensão antropológica e espiritual subjacente ao pacto constitucional de 1988.

#### 4. AVALIAÇÃO CRÍTICA

A coletânea é valiosa por três razões. Primeiro, pela pluralidade de enfoques (teoria constitucional, direito religioso, direito público, educação, história constitucional comparada), o que a torna obra de referência para leituras interdisciplinares. Segundo, pela coerência temática: ainda que haja divergências de ênfase - sobretudo acerca do grau de normatividade do Preâmbulo - os capítulos convergem no reconhecimento de sua função hermenêutica e de sua centralidade na unidade axiológica da Constituição. Terceiro, pela ponte entre história e dogmática: o diálogo com registros da Assembleia Constituinte e com preâmbulos estrangeiros oferece densidade empírica às teses apresentadas.

#### 5. CONCLUSÃO

O Livro “O Preâmbulo da Constituição Federal”, proporcionado pela UJUCASP, traz diversos olhares e confirma que, mais do que fórmulas retóricas, os enunciados preambulares dirigem a leitura do texto e iluminam sua aplicação, especialmente quando invocam valores como dignidade, justiça, igualdade, bem-estar, pluralismo, fraternidade e paz - todos ali inscritos como horizonte do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, a obra é um convite à hermenêutica da responsabilidade: ler a Constituição a partir do seu primeiro compromisso público e político, proclamado na soleira do texto.

